

# Espaços, territórios e fronteiras entre o 3º e o 1º milénio a.C. no Alentejo (Portugal)

LEONOR ROCHA\*

## 1. ESPAÇOS, TERRITÓRIOS E FRONTEIRAS

Falar de conceitos como territórios e fronteiras remete-nos, atualmente, para questões geopolíticas, que não nos suscita grandes dúvidas (pelo menos no contexto europeu). Mas, se retrocedermos no tempo e tentarmos perspetivar esta questão, há cerca 5000 anos, levantam-se, certamente, muitas incertezas. Por um lado, porque desconhecemos que povos habitavam este continente (e esta região), por outro, que tipo de relações sociais (e políticas) existiriam à data.

No percurso que corresponde à evolução humana, ao longo de milhões de anos, vemos os seres humanos a movimentarem-se livremente no espaço, partindo do continente africano para uma diáspora que abarcou todos os continentes. Espaços e territórios tornaram-se assim um fator determinante da nossa evolução. Íamos, certamente, em busca de alimento, de abrigo, de climas menos agrestes, de terrenos menos acidentados... que culminaram no aparecimento da agricultura e na domesticação dos primeiros animais. Estes foram as duas principais motivações que estiveram na origem da forma como vivemos atualmente: sedentários.

---

\* Professora Associada c/ Agregação da Universidade de Évora. Membro integrado do Centro de História de Arte e Investigação Artística (CHAIA) – Research financed with Nacional Funds through FCT – Portuguese Foundation for Science and Technology, within the scope of the fallow projects: Ref.<sup>a</sup> UIDB/00112/2020 and Ref.<sup>a</sup> UIDP/00112/2020/ IN2PAST.

Produzir alimentos e criar animais implicou desbravar terrenos, e, proteger territórios. Para os períodos mais recuados da nossa Pré-história (sem escrita) não dispomos de informações, para além do que vamos conseguindo obter através da interpretação do registo arqueológico, que resistiu à erosão do tempo e à ação humana. E, como referem J. Guillaîne e J. Zammit, “...se perfila la idea de una humanidade prehistórica que no fue siempre ni tranquila, ni solidaria” (Guillaîne e Zammit, 2002:17).

É apenas numa fase tardia, Idade do Ferro (séc. V – II a.C.), que temos uma noção do que seriam os territórios e os grupos que habitavam a Península Ibérica, através dos historiadores romanos que, independentemente do maior ou menor grau de fiabilidade das descrições, considerando que, por um lado, eram escritas para agradar a um imperador e, por outro, relatam a perspetiva do colonizador, nos falam de povos conflituosos entre si. Certamente que os seus limites territoriais se traduziam, não por linhas de fronteira geograficamente precisas, como se concebem na atualidade, mas com pontos identificáveis na paisagem, que poderiam ser marcados por cursos de água, serras, florestas, ou um qualquer outro tipo de barreira física, que fosse perceptível.

O império romano consegue, durante cerca de 500 anos, unir um vasto território, sob uma mesma língua, ideologia política e religiosa, esbatendo as anteriores fronteiras territoriais. Mas, num território tão vasto, e sem a capacidade tecnológica que temos atualmente, este império tornou-se ingovernável, e, rapidamente, o espaço unificado foi dividido e governado por diferentes povos, com limites/fronteiras que foram variando em função das organizações políticas existentes (Poveda Arias, 2013). Assim, na antiguidade tardo romana, o termo que se considera mais adequado para denominar as fronteiras passa a ser o de *confinium* “*Com este término haríamos referencia a unas realidades limítrofes difusas e de carácter zonal (.../...) Únicamente podríamos referirnos a un fenómeno lineal, com unos limites nitidamente definidos, en los casos en los que la frontera coincidiera com una barrera natural, ya fuera un río o una montaña*” (Idem, *Ibidem*: 1175).

Durante um novo ciclo de 500 anos, este conceito de fronteira mantém-se até ao Tratado de Vestefália (1648) que inicia uma nova ordem internacional ao reconhecer o princípio da soberania dos Estados-nação “*rex imperator in regno suo – o rei é soberano no seu território*” (Amante, 2014: 190). Estabelece-se assim a «fronteira política», que identifica e delimita o território de um Estado (Mongiardim, 2014).

Se esta conceção de fronteira é relativamente recente, em termos históricos, e surge associada à determinação de um limite político-territorial, e à existência de um estado/nação, imposto pelo evoluir do sistema político moderno, a consciência de um limite territorial foi-se definindo, e redefinindo, ao longo dos tempos, sofrendo alterações que abarcavam muito mais do que a geopolítica... ela incluía inicialmente, sobretudo, as diferenças sociais, culturais e económicas de um povo ou de um grupo “*delimitar e separar territórios para dominá-los são atividades espaciais que, de acordo com a época histórica, formam parte da natureza social da espécie humana*” (Ferrari, 2014: 2) razão pela qual, atualmente, acabam por ser objeto de estudo de disciplinas tão díspares como a Arqueologia, a Antropologia, a Sociologia, o Direito e as Relações Internacionais...uns procuram perceber as dinâmicas dos povos antigos, outros dos “primitivos” atuais e os outros, compreender os conflitos territoriais mais recentes.

## **2. ENTRE O 3º E O 1º MILÉNIO A.C. NO ALENTEJO (PORTUGAL): AS RELAÇÕES INTERCOMUNIDADES**

Pelo exposto anteriormente, e pelas dificuldades que subsistem na identificação precisa de sítios, problemas esses que derivam do clima - erosão ou sedimentação – que os destruíram ou encobriram, ou do facto de terem sido destruídos por ação humana, em data indeterminada, o nosso conhecimento encontra-se bastante truncado.

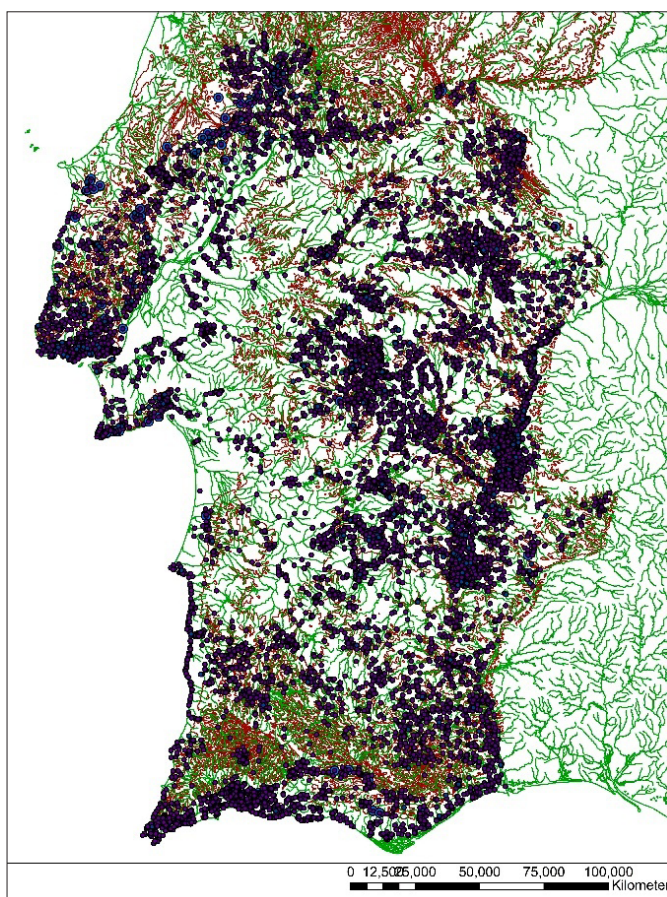
Sabemos, sem sombra de dúvida, que no decurso do período aqui considerado (cerca 3000 anos) existiram áreas preferenciais escolhidas para a instalação das comunidades humanas, da qual resulta a formação dos sítios arqueológicos, que, comparativamente, em termos

de dimensão, podemos associar aos existentes na região alentejana: os montes, as aldeias, as vilas e...as cidades.

O estudo da sua variabilidade e do seu posicionamento no espaço fornece-nos importantes informações, para a compreensão do seu estado social e político, ou seja, se estas comunidades viviam períodos pacíficos ou de conflitos. Durante este arco temporal, temos períodos, em que as pessoas habitavam em áreas abertas, nos vales dos principais rios e ribeiras, em áreas costeiras, que lhes permitiam o fácil acesso a terras agrícolas, água, e a outros recursos (caça, pesca, entre outros), sem qualquer defensabilidade natural ou antrópica e outros, em que se posicionaram em sítios elevados a muito elevados, de difícil acesso a que acrescentaram barreiras físicas (muralhas), numa clara atitude defensiva, pelo que, quando analisamos o seu modo de vida, e os meios que dispunham para se deslocar (a pé, a cavalo, com ou sem carroças), implicava esforços diários suplementares, pois, na maior parte dos casos, nestes locais elevados os recursos eram limitados, não existindo, por exemplo, fontes de água disponíveis.

Analisando a globalidade da informação, a partir do Neolítico, ou seja, há cerca de 7000 anos (no nosso caso), conseguimos identificar, pelo menos, três períodos em que assistimos a uma migração para locais com maior defensabilidade: i) no que designamos por Calcolítico, há cerca de 5000 anos, temos populações completamente sedentárias, produtoras de alimentos, com metalúrgica do cobre e de metais preciosos (ouro), em alguns locais; ii) o segundo, ocorre no Bronze final, há cerca de 3500 anos, quando a metalurgia do bronze/ferro se encontra completamente disseminada por todo o território e, a iii) na 2ª Idade do Ferro, cerca do séc. VIII a.C, em que, como referimos anteriormente, temos algumas informações provenientes das fontes greco-latinas, sobre os povos que habitavam a Península Ibérica à chegada dos romanos. Sem querer entrar aqui nos debates existentes em torno das suas designações (*Kounéoi*, *Lusitani*, *Vettones*, *Oppidani*, *os Transcudani*), e dos seus limites territoriais, este é um território com “fronteiras” mais ou menos definidas, divididas por vários povos (Alarcão, 2001, 2003; Arruda, 2004; Mataloto, 2013).

No decurso da Pré-história Recente (7000 - 3500 anos B.P.), os dados arqueológicos apontam-nos para a existência de limites territoriais, entre diferentes grupos, que se deviam estruturar em territórios mais ou menos alargados. Os estudos dos espólios recuperados, em sítios/monumentos arqueológicos, indiciam ligações a longa distância, que lhes permitiam ter acesso, na fase final, a produtos/matérias-primas como marfim do Norte de África e âmbar do Báltico, por exemplo.



**Mapa 1.** Dispersão do povoamento no 3º milénio a.C., no Sul de Portugal. (Sgd Rocha, 2019)

Muito provavelmente, nesta altura, estas comunidades teriam fronteiras naturais (rios, serras) às quais poderiam estar associadas conotações sagradas, místicas ou simbólicas, que, para além de separar dois territórios físicos, tinham a função de estabelecer uma fronteira entre o bem e o mal, o religioso e o profano. Neste caso, a separação de territórios era criada, eventualmente, pelo receio incutido ao grupo/ comunidade, que os levava a respeitar limites, que não correspondiam a barreiras físicas ou controladas, como existem na atualidade.

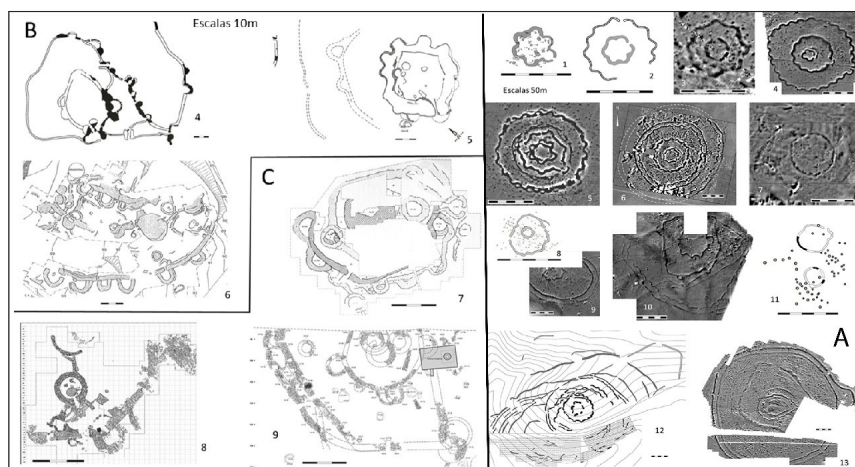
A análise dos dados existentes para o Alentejo (Mapa 1) permite-nos verificar que durante um longo período (até cerca de 5000 a.C.) a implantação dos locais de habitat, em paisagens abertas, parece indiciar a existência de comunidades essencialmente pacíficas, ainda que pudessem existir conflitos esporádicos. Nesta fase estaríamos com uma estrutura social e económica de base familiar, sem grande capacidade e/ou meios para dominar um determinado espaço territorial: delimitar, separar e defender espaços exigem capacidade tecnológica (militar) específica (Rocha, 2016).

A fase de mudança, ou mesmo rutura deste modelo de sociedade, parece surgir com o aparecimento da produção metalúrgica, que se terá iniciado há cerca de 4500 anos e prolonga-se até ao séc. V a. C.

A análise dos dados disponíveis (Basílio, 2018; Calado e Rocha, 1996-97, 1996; Costeira, 2017; Fabião, 2001; Gonçalves, 2007; Mataloto, 2004, 2010; Rocha, 2016, 2018, 2019; Rodrigues, 2015; Valera, 2013, 2018) baseado em novos dados, novas técnicas e metodologias de análise, novos sítios, novos espólios, novas datações permitem-nos perceber que as alterações surgem, ainda no 4.º milénio a.C. acentuam-se ao longo do milénio seguinte, acompanhadas por mudanças drásticas ao nível do povoamento (Mapa 2). Efetivamente, a partir da segunda metade do 4.º milénio, e ao longo do 3.º milénio a. C., coexistem, no Alentejo, uma multiplicidade de soluções arquitetónicas, em termos de povoamento (Fig. 1), que se traduzem, na prática, na existência de recintos murados (povoados com arquiteturas positivas/muralhas), de recintos de fossos (povoados com arquiteturas negativas/fossos). Apesar da

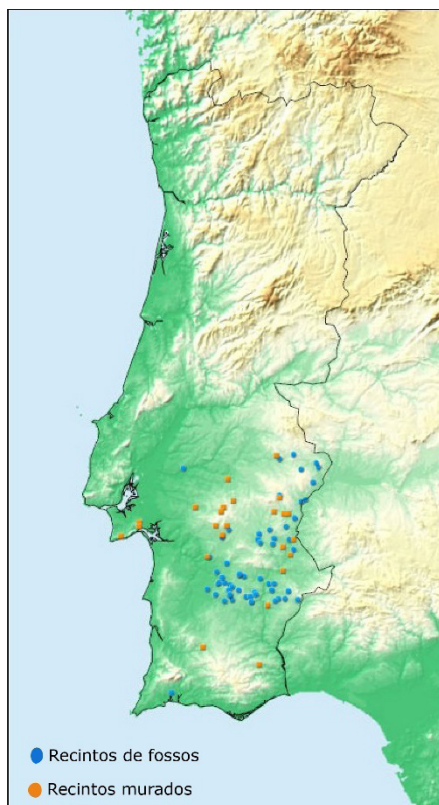


informação disponível nos permitir perceber que estes dois tipos de povoados coexistiram no mesmo espaço (Alentejo), as diferenças no tipo de arquitetura e de dimensão, em geral, poderão corresponder a diferenças nos modelos de organização social e das áreas ocupadas, existindo alguns recintos de fossos, que chegam a atingir dimensões consideráveis, caso dos Perdigões (Reguengos de Monsaraz), com uma área de cerca de 20 hectares e Porto Torrão (Ferreira do Alentejo), com uma dimensão estimada em cerca de 100 hectares (máx.).



**Figura 1.** Exemplos de plantas dos dois tipos de povoamento. A: Recintos de fossos; B e C: Recintos murados. (sgd. Valera 2024, adaptado)

Na verdade, a identificação deste tipo de povoamento (A) vem comprovar que, ao contrário do que se suponha num passado relativamente recente, no 3º milénio a.C. já existiam grandes aglomerados urbanos, complexos, aparentemente com alguma estabilidade, considerando que as datações realizadas (C14) comprovam uma ocupação, em continuidade, de quase mil anos.



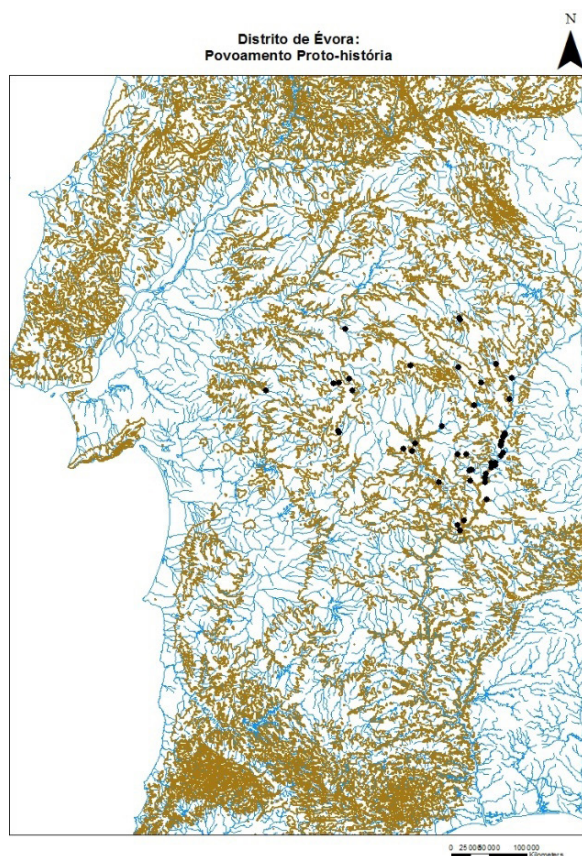
**Mapa 2.** Dispersão do povoamento (recintos murados e de fossos) existentes no Alentejo (Sgd Rocha e Branco, 2024, adaptado)

Neste contexto, será de realçar que estas arquiteturas implicaram, evidentemente, um esforço da comunidade, que só se justificava pela existência de perigo iminente – inclusive porque este investimento foi acompanhado por alterações ao nível das construções funerárias que, em sentido inverso, perdem monumentalidade. Esta realidade leva-nos a supor que tenha existido uma reestruturação na organização socioeconómica, política e cultural destas comunidades, por razões que ainda desconhecemos, mas que, ao compararmos os mapas (2 e 3), nos indicia a possibilidade de uma redução muito significativa da população. Neste contexto, várias são as hipóteses que poderão evocar para explicar este fenómeno, desde uma migração em massa,



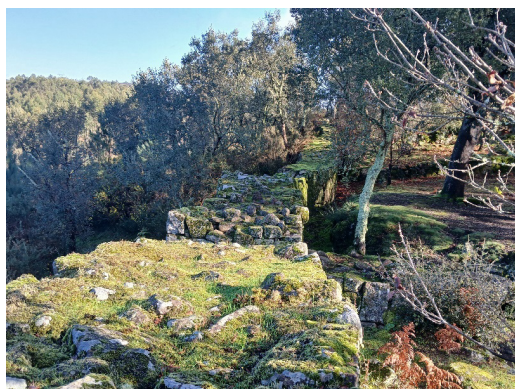
por problemas ambientais, que afetaram a produção de alimentos, até à existência de conflitos, epidemias, entre outros (Calado *et al*, 2022).

Naturalmente que a informação arqueológica existente é bastante desigual, uma vez que poucos são os povoados que foram objeto de intervenções arqueológicas (e dentro destes, muitos não intervencionados na sua totalidade), sendo que, para a maioria, apenas dispomos de dados resultantes de recolhas de materiais à superfície e da observação de restos de estruturas/ taludes, que nos permitem atribuir uma cronologia relativa.



**Mapa 3:** Dispersão dos povoados da Idade do Bronze/ Ferro (sgd. Rocha, 2016)

Nos casos em que conseguimos ter mais dados, como a Citânia de Briteiros (Guimarães), um dos sítios mais importantes da P. Ibérica pela sua dimensão, conservação e implantação na paisagem, podemos verificar que é um local que possui ocupação, intercalada, desde o Calcolítico, ou seja, em todas as fases em que se identificaram concentração do povoamento em altitude, com muralhas (Fig. 2). Este local, comprova que estes povos pré-romanos já possuíam cidades completamente estruturadas e, neste caso, com espaços termais e um espaço, a Casa do Conselho” (Fig. 3) que é considerado um dos mais antigos parlamentos conhecidos na Europa.



**Figura 2.** Pormenor da muralha da Citânia de Briteiros



**Figura 2.** Vista geral da Casa do Conselho, localizada num dos extremos da Citânia de Briteiros

### 3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando os objetivos deste texto, procurou-se ao longo do mesmo apresentar uma análise da evolução das sociedades sem escrita e, de que forma, os dados arqueológicos existentes podem refletir a sua forma de organização social, económica e políticas, com o intuito de compreendermos as relações intercomunitárias.

Os sítios de povoamento conhecidos no Alentejo, pela sua localização na paisagem, uns em área abertas, outros em cotas mais ou menos elevadas, com ou sem sistemas defensivos associados (alguns bastante complexos, incluindo torres, barbacãs, entradas em cotovelo), evidenciam, sem dúvida, escolhas que foram determinadas pela existência, ou não, de conflitos, que terão exigido uma maior complexidade e organização social, política e económica destas populações e, por conseguinte, a necessidade (e a capacidade) de gerir um território (onde existiam povoados de pequenas dimensões), assegurando a todos as produções necessárias (agrícola, pastoril, metalúrgica, armas, objetos quotidianos, etc.), que incluíam trocas comerciais através de terra e mar (mediterrâneo e atlântico). É nesta sequência que vemos aparecer, no registo arqueológico, a figura do guerreiro (Bueno Ramírez et al, 2021), que atesta a existência de um novo grupo que tinha como função, proteger um território. Ter-se-á gerado, talvez pela primeira vez, a necessidade de se criarem “linhas” de fronteira, entre os diferentes grupos que habitavam estes grandes aglomerados (Rocha, 2016).

Qual a base para esses conflitos que são muito evidentes a partir do 3º milénio a.C (cerca de 5000 anos), e que até ao séc. V a.C parecem ser cíclicos? Este é o momento em que as populações passaram a viver em sociedade, tal como a concebemos na atualidade: estruturam-se em povoados que podem ser de média/ grande dimensão, estão completamente sedentarizadas, têm uma produção agrícola e pastoril estabilizada, o que lhes permite alimentar uma população que, como vimos no Mapa 2, é muito significativa. Qualquer alteração neste equilíbrio, provocado, por exemplo, por maus anos agrícolas (anos de seca, ou de muita chuva, incêndios, pragas) por problemas com os rebanhos (doenças) tinham de, inevitavelmente, conduzir a stress e a conflitos – que levam à procura de alimentos noutras áreas.

Na realidade, ao analisarmos a nossa história, desde o período romano até à atualidade, podemos perceber a existência de ciclos, que a períodos de apogeu se seguem períodos de crise, guerras, epidemias, fomes, que se traduziram em regressão demográfica.

Aparentemente foi o que sucedeu no decurso da Pré e Proto-História, com ciclos de expansão seguidos de regressão. Após um período em que, como vimos anteriormente, parecia corresponder um grande dinamismo no Alentejo (e não só), há cerca de 4000/5000 anos, assistimos a uma diminuição e concentração do povoamento, ainda de difícil caracterização, com a constituição de grandes povoados, em sítios de cumeada, seguindo-se uma fase aparentemente pacífica, com o retorno dos povoados localizados em cotas mais baixas ( I.ª Idade do Ferro), para, de novo, na sua fase final, antecâmara da entrada dos romanos no território, se assistir a um novo ciclo de acastelamento do povoamento em posições mais elevadas. O aparecimento de fortificações teria, necessariamente, de traduzir a existência de instabilidade e conflitos intercomunitários, estando ainda por esclarecer se estes movimentos se deveram a fenómenos internos, ou se foram introduzidos por populações exógenas.

As nossas raízes europeias parecem assim ir de encontro a uma ideia antiga de M. Gimbutas que, em meados do séc. XX, defendia a existência de duas Europas, com base no cruzamento dos dados arqueológicos, antropológicos e linguísticos. A mais antiga com um caráter social, cultural e religioso, estaria definida em torno dos primeiros agricultores, que teria surgido no VIIº milénio a. C., e, a segunda, explicada pela expansão de povos numa migração Este/Oeste (Kurgan), há cerca de 5000 anos, a partir das estepes, de onde eram originários (Gimbutas, 1973).

Nesta perspetiva, a Arqueologia pode vir a contribuir, num futuro próximo, para a compreensão do que somos hoje, através da realização de mais datações de C14 e de análises de ADN antigo, que nos irão permitir mapear de onde viemos, onde estivemos e por onde nos movimentamos.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Alarcão, J. (2003) – A organização social dos povos do Noroeste e Norte da Península Ibérica nas épocas pré-romana e romana. *Conimbriga*. 42. Coimbra, p. 5-115.
- Alarcão, J. (2001) – Novas perspectivas sobre os Lusitanos (e outros mundos). *Revista Portuguesa de Arqueologia*. 4- 2. Lisboa, p. 293-349.
- Amante, Mª F. (2014) – Estado Nação. *Enciclopédia das Relações Internacionais*. Alfragide: Publicações D. Quixote, p. 189-191.
- Arruda, A. (2004) - A Idade do Ferro em Portugal: leituras de Jorge de Alarcão. *O Passado em cena: narrativas e fragmentos*. Coord. Mª Conceição Lopes e Raquel Vilaça. Coimbra; Porto: Centro de Estudos Arqueológicos das Universidades de Coimbra e Porto (CEAUCP), p. 75-97.
- Bueno Ramírez, P; Rocha, L; Oliveira, J. (2021) – Estelas megalíticas no território do Tejo. A estela do Rebolo, Arronches (Portugal). *Scientia Antiquitatis*. Évora, p. 4-23.
- Basílio, A.C. (2018) - *Dinâmicas ocupacionais na segunda metade do 3º milénio a.C. nos Perdigões: Continuidades e descontinuidades*. Dissertação de Mestrado. Faro: Universidade do Algarve.
- Calado, M, Barradas, M & Mataloto, R. (1999) - Povoamento Proto-histórico do Alentejo Central. *Revista de Guimarães*. I. Guimarães, p. 363-386.
- Calado, M.; Rocha, L., (1996-97) - Povoamento do Bronze Final no Alentejo Central. *A Cidade de Évora*. II Série. 2-3. Évora, p. 35-54.
- Calado, M.; Rocha, L. (1997) - Povoamento da Idade do Ferro no Alentejo Central. *Cadernos de Cultura de Reguengos de Monsaraz*. 1. Reguengos de Monsaraz, p. 99-130.
- Calado, T; Lopes, A; Rocha, L. (2022) – Epidemias, Surtos ou Doenças... Quando os mortos ainda nos contam histórias. *Política e Pandemias. Olhares políticos transdisciplinares sobre os dilemas da Cidade Terrestre*. Coord. Silvério Rocha e Cunha, América Molina Del Vilar, Evanthia Balla, Mª de Deus Manso, Rafael Franco VASQUES. V.N. Famalicão: Edições Húmus, Lda, p. 409 - 426.
- Costeira, C. (2017) - *No 3º milénio a.n.e., e o sítio de São Pedro e as dinâmicas de povoamento no Alentejo Média*. Tese de Doutoramento. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- Fabião, C. (2001) - O povoamento do sudoeste peninsular na segunda metade do 1º milénio a.C.: continuidades e rupturas. In Berrocal--Rangel, L.; Gardes, P., eds. - *Entre Celtas e Íberos. Las poblaciones protohistóricas de las Galias e Hispania*. Madrid: Real Academia de la Historia/Casa de Velázquez, p. 226-246.
- Ferrari, Maristela (2014) – As noções de fronteira em Geografia. *Revista Perspectiva Geográfica*. Unioeste. 9/10.



- Foucher, Michel (1986) – *L'Invention des Frontières. Fondation pour des Études de Défense National*. Paris: FEDN.
- Foucher, Michel (1991) – *Fronts et Frontières. Un tour du monde géopolitique*. Paris: Fayard.
- Gimbutas, Marija (1973) - Old Europe c. 7000-3500 B.C.: The Earliest European Civilization before the Infiltration of the Indo-European Peoples. *Journal of Indo-European Studies*. Spring.1, 1, p. 1-20.
- Gonçalves, V. S. (2007) - Breves reflexões sobre os caminhos das antigas sociedades camponesas no Centro e Sul de Portugal. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. 15. Oeiras, p. 79-94.
- Guichonnet, Paul; Raffestin, Claude (1974) – *Géographie des Frontières*. Paris: Presses Universitaires de France.
- Guilaine, J., Zammit, J. (2008) - *The Origins of War: Violence in Prehistory*. Alemanha: Wiley.
- Isaac, Benjamin (1998) – The Meaning of the Terms *Limes* and *Limitanei*. *Journal of Roman Studies*. 78. 125-147.
- Mataloto, R. (2004) – Meio Mundo: o início da Idade do Ferro no cume da serra d'Ossa. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 7:2, p. 139-17
- Mataloto, R. (2010) – O 3º/4º milénio a.C. no povoado de São Pedro (Redondo, Alentejo Central): fortificação e povoamento na planície centro-alentejana. *Transformação e Mudança no Centro e Sul de Portugal: o 4º e 3º milénios a.n.e.* Gonçalves, Victor S; Sousa, A. Catarina (eds). Cascais: Câmara Municipal de Cascais, p. 139-17
- Mataloto, R. (2013) – Do vale à montanha, da montanha ao monte: a ocupação do final da Idade do Bronze no Alentejo Central. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. 20. Oeiras: C.M. Oeiras, p. 221-272.
- Mongiardim, Mª R. (2014) – Fronteira. *Enciclopédia das Relações Internacionais*. Alfragide: Publicações D. Quixote, p. 207-210.
- Poveda Arias, Pablo (2013) – El concepto de frontera en la Hispania Tardoantigua: de *Limes* a *Confinium*. *Los lugares de la Historia*. Aldea Celada, J.M; San Segundo, C. L; Ortega Martínez, P; Soto García, Mª R; Vicente Santos, F. J. (Coord). Colección Temas y Perspectivas de la Historia. 3. Salamanca: Hegar Ediciones Antema.
- Rocha, L. (2016) – As dinâmicas dos territórios no contexto da Pré e Proto-História do Alentejo (Portugal). *O Pelourinho. Boletín de Relaciones Transfronterizas*. Nº 20 (2ª época). Badajoz: Diputación de Badajoz, p. 129-144
- Rocha, L. (2018) - Estratégias de povoamento no Complexo dos Vidais (Marvão, Portugal): os espaços habitacionais Neolíticos. *Scientia Antiquitatis*. [S.l.], v. 2, n. 2, p. 5-22



- Rocha, L. (2019) - Neolítico, datar para creer ... ¿Un problema a resolver o de imposible resolución? In Romero L. & Monchet K. (Eds.), *Arqueología, historia y medio ambiente. Visiones cruzadas*. Madrid: Dykinson, S.L. p. 55-76.
- Rocha, L; BRANCO, G. (2024) - O Alentejo entre recintos: uma breve reflexão sobre o povoamento Calcolítico. Diniz, M.; Martins, A.; Neves, C.; Arnaud, J. (Eds.) (2024) – Vila Nova de São Pedro e o Calcolítico no Ocidente Peninsular 1. *estudos & memórias*. 22. Lisboa: UNIARQ/FL-UL, p. 309-319.
- Rodrigues, A.F. (2015) - *O sítio da Ponte da Azambuja 2 (Portel, Évora) e a Emergência dos Recintos de Fossos no SW Peninsular nos finais do 4º milénio a.n.e.* Tese de Doutoramento. Faro: Universidade do Algarve.
- Valera, A.C. (2013) – Recintos de fossos na Prehistoria Recente de Portugal. Investigação, discursos, salvaguarda e divulgação. *Almadan*. 2ª Série. 18. Almada, p. 93-110.
- Valera, A.C (ed) (2018) - *Os Perdigões Neolíticos: Génese e Desenvolvimento (De meados do 4º aos inícios do 3º milénio a.C.)*. 1. Núcleo de Investigação Arqueológica (NIA). Lisboa: Era Arqueologia S.A.
- Valera, A.C. (2024) - Ditched and walled enclosures of late prehistory in south portugal: a brief comparative approach. Diniz, M.; Martins, A.; Neves, C.; Arnaud, J. (Eds.) (2024) – Vila Nova de São Pedro e o Calcolítico no Ocidente Peninsular 1. *estudos & memórias*. 22. Lisboa: UNIARQ/FL-UL, p. 291-304.